

e-ISSN: 2387-1555

DOI: <https://doi.org/10.14201/rea202314181201>

DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIO VIRTUAL: UMA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO PONTO DE MEMÓRIA DIGITAL ANACÉ DO CEARÁ

*Virtual Territory Demarcation: A Proposal for the Creation
of Anacé's from Ceará Digital Memory Point*

*Demarcación de territorio virtual: una propuesta para la
creación del punto de memoria digital Anacé del Ceará*

Ruan ROCHA MESQUITA
Universidade Federal do Ceará
rocharuan@alu.ufc.br

Daniel VALÉRIO MARTINS
Universidad Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB
danielvalerio@usal.es

José Gilvan RODRIGUES MAIA
Universidade Federal do Ceará
gilvanmaia@virtual.ufc.br

Fecha de recepción: 12 de agosto de 2023

Fecha de aceptación: 29 de agosto de 2023

Fecha de publicación: 31 de diciembre de 2023

RESUMO: Este artigo aborda um diálogo entre o tradicional, originário com o mundo da comunicação em rede com a utilização da internet. De um lado povos indígenas, marcados por lutas, visibilidade, empoderamento, demarcação de seus territórios, fortalecimento identitário e garantia de espaços. Do outro, o mundo da rede mundial de computadores, não acessível a todos por questões políticas,

econômicas e sociais, mas que pode alcançar grande parte dos anseios indígenas e lograr, de certo modo, a sobrevivência cultural. Ao observar todas essas características, surge a ideia de criação do Ponto de Memória Digital Anacé, etnia do Ceará, Brasil, que passou por um árduo processo de desterritorialização, sendo transladados de suas terras originárias para uma reserva indígena, carregando em suas memórias a dor da perda de parte de suas identidades, seus territórios sagrados. Este artigo aborda como referencial teórico o conceito de Memória em Le Goff (2012), Halbwachs (2013) e Candau (2012); o conceito de Cibercultura abordado por Lemos e Cunha (2003) e Segata (2015); os conceitos de Território e de Desterritorialização em Haesbaert (2004), e o conceito de Sobreculturalidade no pensamento de Valério (2016, 2021, 2023); bem como os pensamentos de Gomes (2014), Brissac (2015, 2016), Nóbrega (2020) e Souza (2021) sobre o processo de territorialização contemporânea e reidentificação do povo Anacé. Esta proposta tem como base metodológica o Estado da Arte e Estudo do Conhecimento, segue uma perspectiva qualitativa com um enfoque antropológico com base no conceito de Cibercultura quando associa e interliga elementos de uma cultura tradicional com a Ciência da Computação e as Mídias Digitais. Utiliza, para tanto, grupos focais para sua validação. Como resultados serão apresentadas as funcionalidades e protótipos do ponto de memória digital com a finalidade de empoderamento e visibilidade trazidos com esta demarcação de território virtual, além de uma ideia concreta de perpetuação cultural.

Palavras-chave: Ponto de Memória; Anacé; Sistemas e Mídias Digitais; Cultura Indígena; Sobreculturalidade.

ABSTRACT: This article brings a dialogue between the traditional, original with the world of network communication with the use of the internet. On the one hand, indigenous peoples, marked by struggles, visibility, empowerment, demarcation of their territories, strengthening identity and guaranteeing spaces. On the other hand, the world of the worldwide computer network, not accessible to everyone for political, economic and social reasons, but can reach a large part of indigenous desires and achieve, in a certain way, cultural survival. Observing all these characteristics, arises the idea of creating the Ponto de Memória Digital Anacé, an ethnic group from Ceará, Brazil, who went through an arduous process of deterritorialization, being transferred from their original lands to an indigenous reserve, carrying in their memories the pain the loss of part of their identities, their sacred territories. This article addresses as a theoretical framework the concept of Memory in Le Goff (2012), Halbwachs (2013) and Candau (2012); the concept of Cyberculture addressed by Lemos and Cunha (2003) and Segata (2015); the concepts of Territory and Deterritorialization in Haesbaert (2004), and the concept of Cultural Survival in the thought of Valério (2016, 2021, 2023), as well as the thoughts of Gomes (2014), Brissac (2015, 2016), Nóbrega (2020) and Souza (2021) on the process of contemporary territorialization and reidentification of the Anacé people. This proposal is methodologically based on the State of the Art and Study of Knowledge, follows a qualitative perspective with an anthropological focus based on the concept of Cyberculture when it associates and interconnects elements of a traditional culture with Computer Science

and Digital Media. For this purpose, it uses focus groups for validation. As a result, the functionalities and prototypes of the digital memory point will be presented with the purpose of empowerment and visibility brought with this demarcation of virtual territory, in addition to a concrete idea of cultural perpetuation.

Keywords: Point of Memory; Anacé: Systems and Digital Media; Indigenous Culture; Cultural Survival.

RESUMEN: Este artículo aborda un diálogo entre lo tradicional, originario con el mundo de la comunicación en red por el uso de internet. Por un lado, los pueblos indígenas, marcados por las luchas, la visibilización, el empoderamiento, la delimitación de sus territorios, el fortalecimiento de la identidad y la garantía de espacios. Por otro lado, el mundo de la red informática mundial, no accesible a todos por razones políticas, económicas y sociales, pero que puede alcanzar gran parte de los anhelos indígenas y lograr, en cierto modo, la supervivencia cultural. Observando todas estas características, surgió la idea de crear el *Ponto de Memória Digital Anacé*, una etnia de Ceará, Brasil, que pasó por un arduo proceso de desterritorialización, siendo trasladada de sus tierras originarias a una reserva indígena, llevando en sus memorias el dolor de la pérdida de parte de sus identidades, sus territorios sagrados. Este artículo aborda como marco teórico el concepto de memoria en Le Goff (2012), Halbwachs (2013) y Candau (2012); el concepto de cibercultura abordado por Lemos y Cunha (2003) y Segata (2015); los conceptos de territorio y de desterritorialización en Haesbaert (2004), y el concepto de sobreculturalidad en el pensamiento de Valério (2016, 2021, 2023), así como el pensamiento de Gomes (2014), Brissac (2015, 2016), Nóbrega (2020) y Souza (2021) sobre el proceso de territorialización y reidentificación contemporánea del pueblo Anacé. Esta propuesta se basa metodológicamente en el estado del arte y estudio del conocimiento, sigue una perspectiva cualitativa con un enfoque antropológico basado en el concepto de cibercultura cuando asocia e interconecta elementos de una cultura tradicional con la informática y los medios digitales. Para ello, utilizamos grupos focales para su validación. Como resultado, se presentarán las funcionalidades y los prototipos del punto de memoria digital con el propósito de empoderamiento y visibilización que trae consigo esta demarcación de territorio virtual, además de una idea concreta de perpetuación cultural.

Palabras clave: punto de memoria; Anacé; sistemas y medios digitales; cultura indígena; sobreculturalidad.

I. INTRODUÇÃO

Por muito tempo se observam políticas de invisibilização dos povos originários no Brasil, instauradas e perpetuadas desde a chegada dos europeus em 1500 até os dias atuais. Nos últimos anos de governo, principalmente entre o período de 2016 a 2022, esta situação foi agravada com a exploração desenfreada do meio ambiente e expansão do agronegócio e da mineração, indo de encontro à toda filosofia e modo de vida indígena, que visam a exploração sustentável com base

na preservação e conservação ambiental. Um caso emblemático e de repercussão internacional recente é o descaso das autoridades governamentais sobre o embate do garimpo e os indígenas Yanomami, que resultou na morte de 538 crianças, onde 92 % desses casos poderiam ter sido evitados (Brasil, 2023). A principal causa dessas mortes foram desnutrição, verminose e malária acometidas pela contaminação de mercúrio na água e alimentos além da falta de assistência médica.

Se esse genocídio ocorre com um povo já reconhecido como etnia indígena, com suas terras e territórios demarcados, o que seria capaz de acontecer com a comunidade indígena Anacé que, mesmo existindo e atuante na busca pela sobrevivência da sua cultura, estão considerados entre os povos extintos até mesmo pelo dicionário (Michaelis, 2023)?

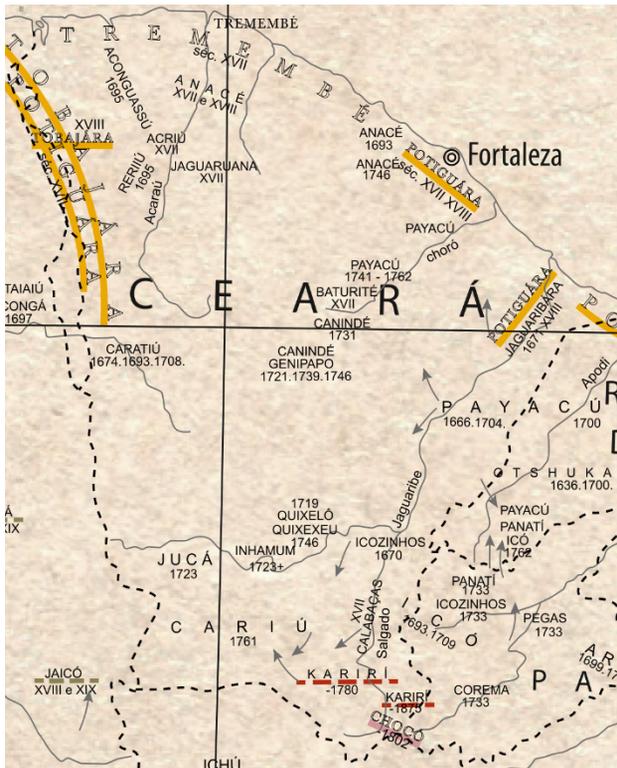
Esta argumentação justifica nossa proposta de criação do Ponto de Memória Digital Anacé, com o objetivo principal de ser um *website* destinado à visibilidade, preservação, resgate e empoderamento da identidade e memória do povo Anacé da Reserva Indígena Taba dos Anacé, onde até a presente data, não existe nenhuma aplicação digital própria desta etnia. Os objetivos secundários são demarcar o espaço indígena na rede mundial de computadores e de gerar uma interação da cultura indígena Anacé com outros povos indígenas e não indígenas através da internet.

Este artigo está dividido em cinco pontos além desta introdução. O primeiro apresenta um breve histórico sobre o povo Anacé, desde o registro histórico da sua existência no período colonial até a sua recente luta pela reidentificação, resgate e preservação de suas memórias, terras e território contra entidades governamentais e outras partes interessadas na exploração das terras tradicionalmente ocupadas. O segundo aborda o referencial teórico utilizado para embasar nossa proposta e explana os seguintes conceitos: Memória com as pesquisas de Le Goff (2012), Halbwachs (2013) e Candau (2012); Cibercultura com os estudos de Lemos (2002), Lemos e Cunha (2003) e Segata (2015); Território e Desterritorialização nas ideias de Haesbaert (2004); Sobreculturalidade com base nas obras de Valério (2016, 2021, 2023), bem como os pensamentos de Gomes (2014), Brissac (2015, 2016), Nóbrega (2020) e Souza (2021) sobre o processo de territorialização contemporânea e reidentificação do povo Anacé. O terceiro ponto discorre sobre o método e metodologia aplicada no desenvolvimento da pesquisa, que parte da perspectiva qualitativa, apoiada nas autoras Ludke e André (1986), no Estudo do Conhecimento e Estado da Arte na ótica de Romanowski e Ens (2006), bem como a proposta de validação do sistema durante sua construção utilizando um grupo focal composto de lideranças e residentes da Reserva Indígena Taba dos Anacé com base no discurso de Costa (2011). O quarto ponto abrange o desenvolvimento do Ponto de Memória Digital Anacé, onde através de entrevistas com um grupo focal constituído de lideranças, foram elencadas as funcionalidades do sistema e foi construído um protótipo de média fidelidade a fim de validar a organização e hierarquia das informações. O quinto e último ponto trazemos as considerações finais, reflexões e anseios para trabalhos futuros.

II. UM BREVE HISTÓRICO DO POVO ANACÉ

O povo Anacé está situado nos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, no Ceará, Brasil. O mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú (2017) comprova a existência do etnônimo Anacé, indicando a presença desta população indígena no litoral cearense desde os séculos XVII e XVIII (Brissac, 2016).

FIGURA 1. RECORTE DO MAPA ETNO-HISTÓRICO DE CURT NIMUENDAJÚ DESTACANDO A PRESENÇA ANACÉ NO CEARÁ



Fonte: Nimuendajú (2017: 123).

Com a perseguição empreendida pelo governo da província, durante a monarquia de Marquês de Pombal, e sofrendo vários massacres e perseguições em seu território, o povo Anacé foi obrigado a deixar a língua materna Tupy Guarani e a deixar de auto-identificar-se como povo indígena para garantir a sobrevivência. (Gomes, 2014, p. 85)

Conforme as pesquisas de Gomes (2014), Brissac (2015, 2016), Nóbrega (2020) e Souza (2021) o processo de territorialização contemporânea e reidentificação do povo Anacé surge através do movimento de resistência perante as desapropriações oriundas da implementação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP nos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, no Ceará.

Em 1985, a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras anunciou o intuito de construir uma nova refinaria no Nordeste e então iniciou-se uma disputa na região entre os Estados pelo empreendimento (Aquino, 2000). O autor discorre que em 1987 estudos realizados pela Petrobrás indicavam o Ceará, seguido pelo Maranhão, como os estados mais apropriados para instalação da refinaria.

O Ceará tinha como desvantagem a necessidade de gastos adicionais com a ampliação do Porto do Mucuripe, situado em Fortaleza. Políticos cearenses de oposição reclamavam do Governador Tasso Jereissati um posicionamento mais enérgico em defesa da refinaria e se puseram, juntamente com os políticos de situação, a organizar um comitê suprapartidário de luta pela refinaria – o Movimento pela Refinaria no Ceará. Tasso, por sua vez, enalteceu a iniciativa, afirmando que era realmente necessária a mobilização da sociedade, mas afirmou que o movimento não deve partir para o apelo emocional ou passional, como estão fazendo os estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte. (Aquino, 2000, p. 102)

Com uma grande disputa entre os estados do Ceará, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Pará para sediar a refinaria, o Governo do Estado do Ceará, em 1995, com o plano de diminuir sua desvantagem perante Pernambuco e o Complexo Industrial e Portuário de Suape, anunciou a construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP e inicia o projeto em julho de 1996. No mesmo ano da construção, o Governo do Estado do Ceará publicou o Decreto n.º 24.032/96, onde

Publicado no D.O.E. em 12/03/96, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área descrita nos autos, tendo em vista às obras e serviços com a construção do «Complexo Industrial e Portuário do Pecém». (Ceará, 2003, p. 108)

Decorrente dos efeitos deste decreto, em 1996 e subsequente em 1999, iniciam as desapropriações de cerca de 300 famílias que ali viviam (Brissac, 2016), a comunidade de Matões em Caucaia e Bolso em São Gonçalo do Amarante.

Souza (2021) disserta que as famílias removidas foram alojadas em assentamentos de locais próximos, como Torém, Forquilha e Munguba. O impacto das desapropriações gerou não só uma perda financeira, mas afetou a saúde, o psicológico e o espiritual de vários moradores. Muitas pessoas morreram devido ao impacto emocional, por não aceitar mudanças tão bruscas nas suas vidas. Outras ficaram sem conseguir prover sustento para suas famílias, já que, analfabetos, sobreviviam do roçado e não conseguiam empregos nas novas empresas que haviam chegado junto com o CIPP.

Resistindo às remoções, os Anacé passaram a se afirmar publicamente enquanto grupo diferenciado ao tempo em que se articulavam com o movimento indígena no

Estado do Ceará. A consciência de que constituíam e de que constituem um povo indígena parte das relações peculiares que tecem com o território que habitam; de uma memória coletiva que os interliga a uma população ancestral; das danças, ritos e tradições reconhecidas por eles como indígenas. (Nóbrega, 2020, pp. 171-172)

Em julho de 2003, os Anacé redigiram um documento no qual afirmaram a sua etnia, solicitaram demarcação pela FUNAI, assistência à saúde, educação diferenciada e pediram a revogação do decreto de desapropriação de suas terras. Esse documento foi entregue à 6.^a Câmara de Coordenação Revisão do Ministério Público Federal, na Procuradoria Geral da República – PGR, gerando o primeiro processo administrativo, n.º 0.15.000.001257/2003-15, acerca dos Anacé. Dois meses depois, o senhor Joaquim Pereira Barros, Anacé de Bolso, realizou as mesmas reivindicações perante a Procuradoria da República no Estado do Ceará, sendo autuado o procedimento n.º 0.15.000.001394/2003-41 (Brissac, 2015, 2016). Perante estes dois documentos, no mesmo ano o Ministério Público Federal – MPF solicitou à Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI que fosse constituído um Grupo de Trabalho para advir a identificação e delimitação da Terra Indígena Anacé.

Em janeiro de 2007, o MPF, expediu uma Recomendação à FUNAI, para que dispensasse ao Povo Anacé o mesmo atendimento dado aos demais povos indígenas no Ceará e que oficie a FUNASA, a Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), informando esses órgãos acerca do direito dos Anacé a atendimento de saúde, educação, segurança alimentar, como os demais povos indígenas no Ceará. Posteriormente, em maio de 2007, a FUNASA realizou o cadastramento da população Anacé. Já foi publicada portaria do Ministério da Saúde para contratação de equipe multidisciplinar e construção de um posto de saúde em Japuara. Em agosto de 2007, foi criada a Escola Diferenciada de Educação Infantil Ensino Fundamental «Direito de Aprender» do Povo Anacé, em Matões, atualmente com sete professoras indígenas contratadas pela SEDUC. (Brissac, 2016, p. 9)

Em 2007, o Governador do Ceará, Cid Gomes assina o decreto n.º 28.883, que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 33.500 hectares, nos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, para a implantação e expansão do CIPP. Em 2008, o Governo Estadual do Ceará, através de um documento subscrito pelo Procurador-Geral do Estado, não reconheceu a tradicionalidade, valores culturais, religiosos, étnicos do povo Anacé, muito menos notícia de reivindicação de posse, ocupação ou permanência na área descrita no aludido parecer, posicionando-se assim pelo não acatamento da Recomendação do MPF (Brissac, 2015, 2016). Ainda em 2008, o Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE, órgão responsável pela política agrária e fundiária do estado, enviou técnicos a áreas dos Anacé, para fazer o cadastramento dos moradores visando as futuras desapropriações.

Em 2011, «aconteceu uma reunião na Procuradoria da República no Estado do Ceará (PR/CE), [...] com a presença do procurador-geral do estado, lideranças

Anacé, representantes da Petrobras e da Funai» (Brissac, 2015, p. 296). Nesta reunião os Anacé apresentaram uma proposta de constituição de reserva indígena, em uma área no município de Caucaia. O Governo do Ceará descartou a área solicitada, alegando um elevado custo de aquisição e então solicitou ao IDACE que procurasse por um terreno semelhante na região, com valor compatível com os recursos disponíveis. Em 2012, o MPF solicitou uma nova reunião na PGR, onde

Chegou a um acordo acerca do local da implantação da Reserva Indígena Anacé e do valor do investimento a ser feito, de 30 milhões de reais, metade do qual a ser disponibilizado pela Petrobras, e a outra metade, pelo governo do Ceará. Tal montante, a ser destinado tanto à aquisição do terreno quanto à implantação da infraestrutura necessária para receber as famílias Anacé: construção de casas; implantação do sistema de abastecimento de água e saneamento; sistema de distribuição de energia; arruamento; edificação de posto de saúde e escola. E os Anacé decidiram o nome da reserva: Taba dos Anacé. (Brissac, 2015, p. 297)

A área da Reserva inicialmente foi anunciada com 725 hectares e posteriormente foi reduzida para 543 hectares, na data de assinatura do acordo, em 2013. No mesmo ano, o Governo do Estado do Ceará concedeu uma área de 1930 hectares, que incluía parte do território tradicional dos Anacé, à Petrobras. A cessão da área teve finalidade de viabilizar a instalação da refinaria (Fiocruz, 2019).

A Reserva Indígena Taba dos Anacé foi inaugurada no dia 6 de fevereiro de 2018. Está localizada no município de Caucaia, no Bairro Alto do Garrote, possui 163 casas, uma escola e um posto de saúde (Souza, 2021).

FIGURA 2. VISTA PANORÂMICA DA RESERVA INDÍGENA TABA DOS ANACÉ



Fonte: Índia Atualizada. Disponível em: <https://youtu.be/dVvk8nnQjd08>. Consultado: 10/03/2023.

Segundo o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena – SIASI, a Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI e o Distrito Sanitário Especial Indígena do Ceará – DSEI CE, a população Anacé no estado do Ceará é composta por 2.361 pessoas (Ceará, 2019), o que é aquém do indicado por meio de conversas com lideranças Anacé, que afirmam a existência de mais cinco mil indígenas Anacé espalhados por diversas aldeias. A discrepância se torna ainda maior quando esses dados são comparados com os últimos informados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2010, que aponta apenas 182 indivíduos (IBGE, 2023).

III. REFERENCIAL TEÓRICO

Este artigo parte de categorias como Memória, Cibercultura, Territorialização, Desterritorialização, Sobreculturalidade e Reidentificação do povo Anacé. Para tanto seguiremos os pensamentos de paladinos dessas temáticas no intuito de gerar um embasamento teórico que venha a respaldar a criação do ponto de memória digital Anacé.

Para a categoria *Memória* nos embasamos nos seguintes autores:

Halbwachs (2013) ao explicar que, quando uma ou mais pessoas juntam suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos, ao mesmo tempo que conseguem reconstituir toda a sequência de atos e palavras em circunstâncias definidas. Seguimos o pensamento do autor ao nos mostrar a importância de juntar em um único espaço lembranças que possam dar condição de rememoração de elementos e práticas culturais, capaz de ser acessado a qualquer momento pelo povo Anacé e demais povos.

Candau (2012), quando salienta que o repasse e fortalecimento das memórias é uma das sustentações de manter viva tradições e cultura de um povo. Vemos, portanto, que a debilidade da memória ocorre gradativamente nas transformações dos grupos, conforme seus quadros sociais de memória não acompanham, as transformações, adaptações e se mantém somente na oralidade. Em acordo com a afirmação do autor, estamos diante de um mundo em transformações aceleradas, com o fenômeno da comunicação globalizada com a rede de internet, ferramenta que se torna indispensável para a manutenção e propagação de elementos culturais além de base para o desenvolvimento desse projeto com a proposta do ponto de memória digital Anacé, e assim manter a identidade dos indígenas dentro de um conjunto (acervo) de lembranças.

Le Goff (2012), quando traz em sua obra *Memória Coletiva*, uma reflexão sobre o pôr em jogo o antagonismo entre o antigo e o moderno. O autor nos diz que este antagonismo é constituído pela atitude dos indivíduos, das sociedades e das épocas perante o passado, o passado do próprio indivíduo. Explica ainda que nas sociedades ditas tradicionais, a antiguidade tem um valor seguro; os antigos, aqueles que dominam, são os velhos depositários da memória coletiva, que

garantem a autenticidade e a propriedade de fala. Estas sociedades tradicionais, originárias, voltam-se para os conselhos dos antigos.

Nesta esteira de raciocínio, percebe-se uma dualidade de valores antagônicos, de um lado a memória que precisa ser preservada e que se encontra concentrada na oralidade dos anciãos, de um outro lado a tecnologia dominada pelos jovens, capaz de armazenar as informações e elementos culturais, sejam em fotografias, vídeos, entrevistas ou pesquisas, em um único espaço digital, culminando em um processo de resgate, preservação, difusão e perpetuação de sua cultura.

A categoria *Cibercultura* tem por base os autores Lemos (2002), Lemos e Cunha (2003) e Segata (2015). Lemos e Cunha (2003) definem a Cibercultura como a «cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais» (Lemos e Cunha, 2003, p. 11). De acordo com os autores, o conceito possui vários sentidos, mas explicam a cibercultura como uma simbiose entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base microeletrônica que surgiram com a convergência das telecomunicações com a informática na década de 70.

Lemos e Cunha (2003) reforçam dizendo que:

As novas ferramentas de comunicação geram efetivamente novas formas de relacionamento social. A cibercultura é recheada de novas maneiras de se relacionar com o outro e com o mundo. Não se trata, mais uma vez, de substituição de formas estabelecidas de relação social (face a face, telefone, correio, espaço público físico), mas do surgimento de novas relações mediadas. (Lemos e Cunha, 2003, p. 15)

A importância de trabalharmos essa categoria na presente pesquisa é elucidada na fala de Lemos e Cunha (2003), quando afirmam que:

Todos têm como objetivo principal aproveitar o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação para, em tese, reaquecer o espaço público, recuperar o interesse pelos espaços concretos das cidades, criar formas de vínculo comunitário, dinamizar a participação política e ajudar a população na apropriação social dessas tecnologias. (Lemos e Cunha, 2003, p. 21).

Aqui ressaltamos a importância da apropriação das tecnologias da informação e comunicação pelas comunidades indígenas, do engajamento político nas lutas dos movimentos dos povos originários, do poder de conexão entre as aldeias além da possibilidade de registro de elementos culturais que se perdem com o passar do tempo no novo cenário imposto pela comunicação acelerada da internet.

Nessa linha Segata (2015) discursa:

A Etnografia no ciberespaço naturalizou os artefatos e as formas de acesso criando, assim, uma espécie de terreno paradoxal que, ao mesmo tempo, é neutro e autoexplicativo. Neutro, porque, no mais das vezes o artefato parece cumprir o papel de «novo cenário» para um conjunto de fenômenos já bastante familiares para a maior parte dos antropólogos. Nisso, ele também se torna autoexplicativo porque serve de adjetivo desse fenômeno nesse novo cenário. Não é estranho então que se anunciem etnografias sobre novas formas de sociabilidade no ciberespaço, sobre

a produção artística digital ou sobre o ativismo político ou movimentos sociais nas redes. (Segata, 2015, p. 8).

Segundo Corrêa (2021), essa forma de interação cultural pela rede transforma um grupo de indivíduos em uma espécie de «grande cérebro», cada integrante pensa, comunica, soluciona, aprende e gera conhecimento de forma mais rápida e ampla. A vantagem de utilizar o ciberespaço para a finalidade desta proposta, é que, segundo o autor

[...] as soluções e ideias antes restritas a um pequeno grupo, agora teriam mais continuidade e amplitude. As manifestações antes restritas às necessidades de um grupo nômade e familiar, agora passam a ter que atender problemas mais complexos como a garantia de posse de determinados bens entre indivíduos que mal se conhecem, a especialização do trabalho e a divisão social. (Corrêa, 2021, p. 256)

Para as categorias de *Territorialização* e *Desterritorialização*, seguimos os pensamentos de Haesbaert (2004) quando afirma que o processo de «desterritorialização seria uma espécie de mito incapaz de reconhecer o caráter imanente da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais» (Haesbaert, 2004, p. 1), ou seja para entender o processo de Desterritorialização ou perda de território como elemento identitário precisa-se entender que existem concepções diferentes de territórios, dependendo da cosmovisão do indivíduo.

O processo de desterritorialização sofrido pelo povo Anacé fez com que buscassem maneiras alternativas de registro de memórias, uma vez que os laços com suas terras foram rompidos e a luta pela preservação de suas identidades precisava ser acirrada, pois ao perder suas terras originárias, parte dessas identidades se foi com a perda. Assim, a internet se torna um espaço, um território de luta que também precisa ser demarcado pelos povos indígenas, e entre as demandas Anacé, está a criação do ponto de memória digital defendido nesta pesquisa para garantir não só a preservação de suas identidades, mas também a sobrevivência cultural trabalhada na seguinte categoria.

A categoria *Sobreculturalidade* é estruturada com base nas ideias de Valério (2016, 2021, 2023) quando afirma que as culturas de minorias étnicas precisam ser preservadas, mesmo que para isso seja necessário utilizar elementos que não pertencem a sua cultura ou comunidade étnica. O uso de computadores, a internet, os espaços utilizados em redes sociais são elementos que não são de origem indígena, mas que podem ser usados por estes sem deixá-los mais ou menos indígenas por isso.

Valério (2021) denomina este processo de busca pela sobrevivência cultural de Sobreculturalidade, como um processo cíclico e inevitável com o contato entre diferentes, passando por fases definidas e montadas como um quebra-cabeças (intra, multi, inter e transculturalidade). O conceito de Intraculturalidade estaria relacionado com a autoaceitação e autorreconhecimento. O respeito à diversidade seria observado na fase da Multiculturalidade. As trocas de experiências e

conhecimentos na fase de interação estariam relacionadas ao conceito de Interculturalidade, chegando à construção de transculturais, novas culturas ou padrões culturais com o conceito de Transculturalidade.

Nessa linha de pensamento de Valério (2021), podemos afirmar que o ponto de memória digital Anacé seria uma espécie de processo sobrecultural, pois estes indígenas utilizarão o território da internet como espaços de memórias e, portanto, de interação, fortalecimento, perpetuação e preservação de sua cultura.

Na categoria de *Reidentificação do povo Anacé*, nos valem dos pensamentos da pesquisadora indígena Anacé Souza (2021), além de autores como Brissac (2015, 2016), Nóbrega (2020) e Gomes (2014).

Conforme mencionado anteriormente sobre as pesquisas desses autores, o processo de territorialização contemporânea e reidentificação do povo Anacé surge através do movimento de resistência perante as desapropriações oriundas da implementação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP nos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, no Ceará. Ou seja, o povo Anacé dessas localidades sentiram a necessidade do reconhecimento de suas identidades indígenas com base em seus costumes, tradições, rituais e nos laudos antropológicos que justificassem a demarcação e reconhecimento de suas terras como Terra Indígena. Nas narrações dos indígenas Anacé são fortes os relatos sobre as memórias individuais e coletivas de luta e mobilizações pela terra.

Sem as memórias do povo não se justifica o processo de reidentificação, que por sua vez não justificaria a existência de suas terras indígenas demarcadas e, conseqüentemente, não seria necessário o processo de luta pela sobrevivência do povo, uma vez que a luta se centraria em resgates e não em preservação cultural.

Nesse momento podemos evidenciar a importância da junção dessas categorias com as possibilidades de preservação, difusão, reconhecimento intercultural e respeito, que o ponto de memória digital Anacé traria a essa comunidade indígena. Todas as Categorias imbricadas na missão de manter viva a cultura Anacé, nos moldes da globalização, da sociedade da comunicação, da era das tecnologias.

IV. ESTADO DA ARTE E ESTUDO DO CONHECIMENTO

Para Ludke e André (1986), o que determina a escolha da metodologia é a natureza do problema, e nesse pensamento, se observa que a pesquisa qualitativa supõe o contato direto do pesquisador com a situação que está sendo pesquisada e enfatiza o processo. Nessa esteira entra em evidência o contato prévio com a Reserva Indígena Taba dos Anacé, ocasião essa que em contato com lideranças pudemos observar a demanda da comunidade com relação ao registro da memória do povo Anacé.

Aplicamos ao enfoque qualitativo, a metodologia de Estado do Conhecimento de Romanowski e Ens (2006). Segundo Romanowski e Ens (2006), estados da arte compreende estudos sistemáticos de produções em uma área do conhecimento

em sua totalidade, pois requerem a análise de vários tipos de pesquisa científica, como teses, dissertações, monografias, publicações em periódicos, apresentações em congressos, dentre outros. Ainda de acordo com as autoras, quando apenas um desses setores é abrangido, o estudo é denominado Estado do Conhecimento, sendo esta última denominação a mais apropriada para o presente trabalho, uma vez que ele é um mapeamento em uma área específica, ou seja, abrange estudos sobre um grupo étnico específico e tudo que se tem sobre a memória desse povo como espécies de pontos de memórias virtuais em redes sociais e páginas web.

Com isso, observa-se que um estado da arte trata de um levantamento do que se conhece sobre uma determinada área do conhecimento, de forma a estabelecer a relação das produções atuais com as anteriores, identificando resultados recorrentes e apontando novas perspectivas a serem investigadas. (Romanowski e Ens, 2006, pp. 38-39)

As autoras supracitadas reforçam que nos acercamos ao Estado do Conhecimento como metodologia acertada abordando o Estado da Arte em um segundo plano, pois o foco dessa metodologia foi o de analisar a existência de pontos de memória ou material na rede de internet da cultura Anacé, uma vez que a metodologia de Estado Arte iria nos levar a caminhos diversos, pois, de acordo com a FUNAI (2022), existem 305 etnias indígenas no Brasil e que falam 274 idiomas diferentes.

V. ESTUDO DO CONHECIMENTO SOBRE OS ANACÉ

Nesta seção iremos abordar os sistemas *online* que de algum modo preservam a memória dos Anacé.

O *Mapa de Conflitos*¹ expõe a história dos Anacé, focando na luta para a preservação de suas terras e território, com uma cronologia rica dos acontecimentos acerca dos Anacé da década de 90 até 2018. Como o seu objetivo não é falar da cultura em geral e sim dos conflitos dos povos originários, ele quase não possui outras informações que sejam fora do escopo do seu propósito.

O *Terra Indígenas no Brasil*² trabalha com dados técnicos dos Anacé, como situação jurídica, localização, demografia, com dados de 2023, ambiente, gestão e notícias de 2009 até 2018. Algumas áreas carecem de informações, tal qual a seção de Pressões e ameaças que está vazia. Também não trata da cultura, pois sua proposta é ser a maior base de dados sobre Terras Indígenas no Brasil.

1 Disponível em <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ce-povo-anace-e-desrespeitado-e-expulso-de-seu-territorio-para-construcao-do-complexo-industrial-e-portuario-do-pecem/#cronologia>. Consultado: 22/06/2023.

2 Disponível em <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/5092>. Consultado: 22/06/2023.

O *Digital Mundo Miraira*³ é um projeto vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) com a finalidade de pesquisar e registrar o patrimônio imaterial cearense. Possui uma seção dedicada ao Povo Anacé, mas está carente de materiais. Possui três imagens com legendas, um breve texto introdutório de 2016 sobre os Anacé e as demais categorias de textos, imagens, áudios e vídeos estão vazias.

Não foram encontradas outras páginas da internet dedicadas aos Anacé. Os outros dados encontrados na pesquisa compõem notícias e outras publicações como laudos, trabalhos de conclusão de cursos e periódicos.

VI. ESTADO DA ARTE SOBRE OUTROS POVOS ORIGINÁRIOS

Como a proposta deste artigo é uma criação de um ponto de memória digital, não iremos abordar na nossa pesquisa os pontos de memória físicos, pois entre as nossas finalidades, além de preservar a memória, é divulgar a cultura e identidade Anacé, finalidade esta que é potencializada pela internet, através do seu poder de difusão e a facilidade de criação e manutenção quando comparado aos custos de construir e manter um local físico. Os pontos de memórias ou museus físicos que iremos abordar são os que oferecem uma visita virtual, assim, aproximando-se do nosso projeto.

O *Armazém Memória*⁴ é uma biblioteca virtual não só de documentos relacionados aos povos originários, mas também de vários outros movimentos sociais e sindicais. É uma excelente fonte de informação literária e documental, mas não trata da cultura em si.

O *Museu da Cultura Indígena*⁵ é um museu físico localizado no bairro de Água Branca, na capital de São Paulo. Sua proposta é fortalecer o protagonismo indígena, em um espaço intercultural, de povos indígenas e não indígenas. Ele oferece cursos, apresentações, feiras de artesanato e exposições físicas e virtuais. Seu *tour* virtual Sala da Jiboia, nos guia por uma exposição de artes plásticas e literatura indígena através de uma emulação da sala física em uma projeção de 360º, trazendo imersão ao usuário. Sua navegação é fácil e intuitiva, com ícones grandes apontando as áreas interativas. Possui também um áudio que acompanha a navegação, este destoa um pouco da temática indígena e com o passar do tempo se torna um pouco cansativo. Sua outra exposição virtual Decoloniza SP Terra Indígena, mais se assemelha com uma página de internet padrão, com vídeos, imagens e textos sobre as intervenções artísticas indígenas no museu.

3 Disponível em <http://www.digitalmundomiraira.com.br/patrimonio/povos-indigenas/povo-anace/>. Consultado: 22/06/2023.

4 Disponível em <https://armazemmemoria.com.br/centros-indigena/>. Consultado: 22/06/2023.

5 Disponível em <https://museudasculturasingenas.org.br/>. Consultado: 22/06/2023.

O *Museu de Arte Indígena – MAI*⁶ é um museu físico em Curitiba dedicado exclusivamente à produção artística dos indígenas brasileiros. Oferece um passeio virtual por suas dependências físicas, também através de uma projeção de 360o. Não é um sistema fluido, mas oferece imagens de boa resolução, uma interface bem simples, com ícones discretos das áreas navegáveis, que algumas vezes passam despercebidos. Muitas obras não possuem informações visíveis aos visitantes virtuais. Possui um som dentro do tema, agradável. O passeio virtual pode se tornar um pouco desafiador, devido à alta sensibilidade da sua navegação.

O *site Povos Indígenas no Brasil*⁷ foi criado com o propósito de reunir textos com informações e análises de todos os povos indígenas brasileiros. É rico em informações textuais na história, língua, localização, população, atividades e cultura de diversas etnias. Porém é pobre em dados audiovisuais. Também é desprovido de dados sobre os Anacé, possuindo apenas uma página com quatro parágrafos de texto, abordando superficialmente a história e cultura dos Anacé. A página ainda conta com a seção Web indígena, que reúne 71 links de sites de várias organizações, pesquisadores, pessoas e associações indígenas. A vasta maioria está em formato de *blog* onde, apesar de conter elementos de preservação da memória, carece de organização e outros elementos para se tornar um ponto de memória digital. Quatro destes, os sites *Associação Floresta Protegida*⁸, *FOIRN*⁹, *Hutukara*¹⁰ e *Instituto Kabu*¹¹ se aproximam da nossa proposta, contendo uma melhor apresentação visual e organização dos conteúdos, porém, por também não terem o plano de ser um ponto de memória, são insuficientes em registrar a memória dos seus povos em seus diversos aspectos, seja através das oralidades indígenas e das transcrições destas, dos movimentos artísticos, dos rituais e danças, das atividades de subsistência, do artesanato, da literatura, da pesquisa, da cartografia, da história, etc.

VII. VALIDAÇÃO ATRAVÉS DE GRUPOS FOCAIS

Em concordância com Costa (2011), grupos focais são um tipo de pesquisa qualitativa com o objetivo de encontrar os valores e normas de referência de um grupo em particular. A autora recomenda essa metodologia «quando se quer ouvir as pessoas, explorar temas de interesse em que a troca de impressões enriquece o produto esperado, quando se quer aprofundar o conhecimento de um tema» (Costa, 2011, p. 183). Esta investigação permite perceber a satisfação e a percepção

6 Disponível em <https://www.tourvirtual360.com.br/mai/mai.html>. Consultado: 22/06/2023.

7 Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Consultado: 22/06/2023.

8 Disponível em <https://www.florestaprotegida.org.br/>. Consultado: 22/06/2023.

9 Disponível em <https://foirn.org.br/>. Consultado: 22/06/2023.

10 Disponível em <http://www.hutukara.org/>. Consultado: 22/06/2023.

11 Disponível em <https://www.kabu.org.br/>. Consultado: 22/06/2023.

de produtos perante seu público-alvo. Nosso propósito é aplicar entrevistas com grupos focais compostos de lideranças e residentes da Reserva Indígena Taba dos Anacé para entender se o artefato produzido atende à demanda da comunidade durante e após o desenvolvimento do Ponto de Memória Digital Anacé.

VIII. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO PONTO DE MEMÓRIA DIGITAL ANACÉ

Para a execução do Ponto de Memória Digital Anacé foi criado um grupo de estudantes, pesquisadores e representantes da comunidade Anacé. São eles: Ângela Morais Sousa, indígena Anacé, professora e integrante da Comissão de Lideranças da Reserva Indígena Taba dos Anacé; Daniel Valério Martins, professor, antropólogo, indigenista e pesquisador da cultura Anacé; Rute Morais Sousa, indígena Anacé, antropóloga e doutoranda em Antropologia pela Universidad de Salamanca com pesquisa voltada à sua comunidade e Ruan Rocha Mesquita, graduando em Sistemas e Mídias Digitais.

O grupo já realiza reuniões desde 2022, onde a demanda surgiu em um encontro presencial no dia sete de maio de 2022. Em 2023 foram realizadas entrevistas com as lideranças com o objetivo de definir o projeto para a submissão no edital de Seleção Pública de Projetos para Patrocínio 2023/2024 do Banco do Nordeste. No dia três de janeiro de 2023, em reunião virtual, as seguintes funcionalidades foram definidas para o projeto: exibir imagens; exibir vídeos; exibir textos; exibir notícias e receber mensagens.

Estas funcionalidades devem atender a demanda de exibir fotografias, vídeos e textos, contendo capturas de movimentos artísticos, artesanato, entrevistas, biografias, obras audiovisuais, literatura, pesquisa, educação indígena, história, vestimentas, pinturas corporais, música, culinária e outros elementos culturais, além de ter um espaço para o usuário se comunicar com os administradores. Com base nestas necessidades, a ideia inicial foi desenvolver um *website*, devido ao seu baixo custo de criação e manutenção e ao seu alto poder de difusão.

Visando a experiência do usuário, o *layout* será padronizado, responsivo e intuitivo, onde as informações estarão a poucos cliques. O sistema deve ser ágil e possuir um feedback eficaz, com mensagens claras e precisas de confirmações ou exibição de erros. Será incluído a funcionalidade de busca para o usuário encontrar informações específicas. Para torná-lo mais acessível o código-fonte será semântico, as imagens terão textos descritivos, as mídias audiovisuais terão legendas, a navegação poderá ser realizada tanto pelo teclado quanto pelo mouse e será adicionada a funcionalidade de alto-contraste.

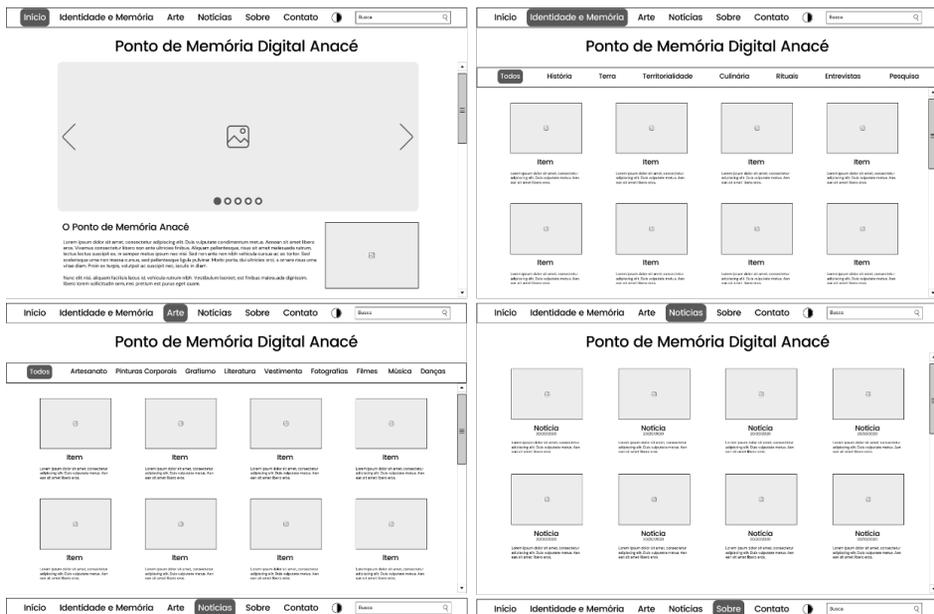
Os dados serão agrupados em seções, cada uma hospedada em uma página. A seção *Inicial* terá um bloco com imagens de destaque e um texto explicando brevemente sobre o site. A seção *Identidade e Memória* trará informações sobre a história, terra, territorialidade, culinária, rituais, entrevistas e pesquisas sobre e dos Anacé. A seção *Arte* exibirá várias expressões artísticas, são elas: artesanato,

música, literatura, vestimenta, pinturas corporais, grafismo, danças, filmes e fotografias. A seção *Notícias* apresentará os materiais midiáticos referentes aos Anacé. A seção *Sobre* trará dados mais detalhados sobre o Ponto de Memória Digital Anacé, como a sua missão, visão, valores e informações de seus criadores e administradores. A seção *Contato* constituirá de um formulário simples para o usuário enviar mensagens aos administradores do site. As seções de Identidade e Memória e Arte possuirão um filtro para o usuário selecionar o que quer visualizar.

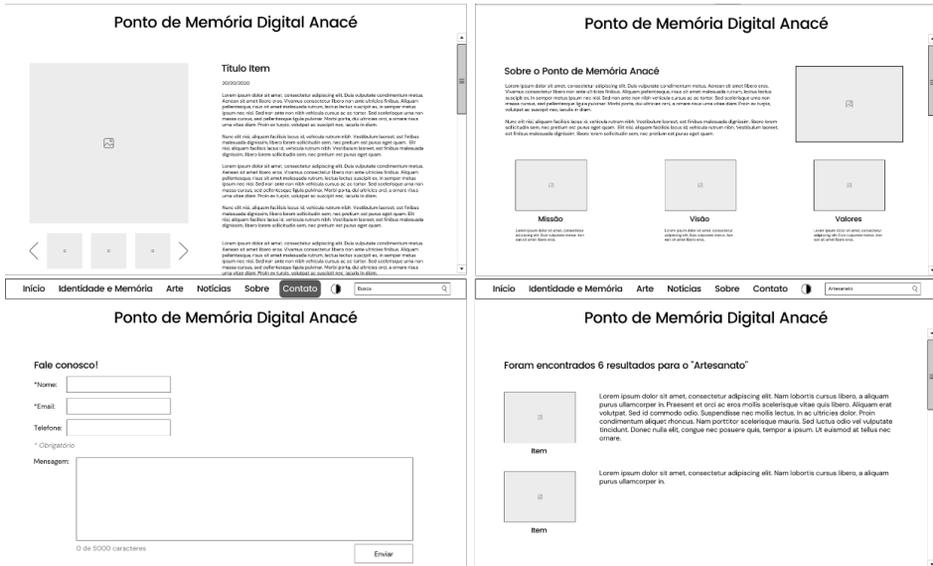
IX. PROTÓTIPO DE MÉDIA FIDELIDADE

Foram elaborados os protótipos de média fidelidade, expostos nas Figuras 3, para grandes telas como computadores, e 4, para dispositivos móveis de pequenas telas. O intuito dos protótipos de média fidelidade é validar a hierarquia de informações e o fluxo de navegação, assim dispensando informações como cores e artes para não influenciar a opinião dos avaliadores quanto ao propósito deste artefato.

FIGURA 3. PROTÓTIPO DO PONTO DE MEMÓRIA DIGITAL ANACÉ
PARA GRANDES TELAS

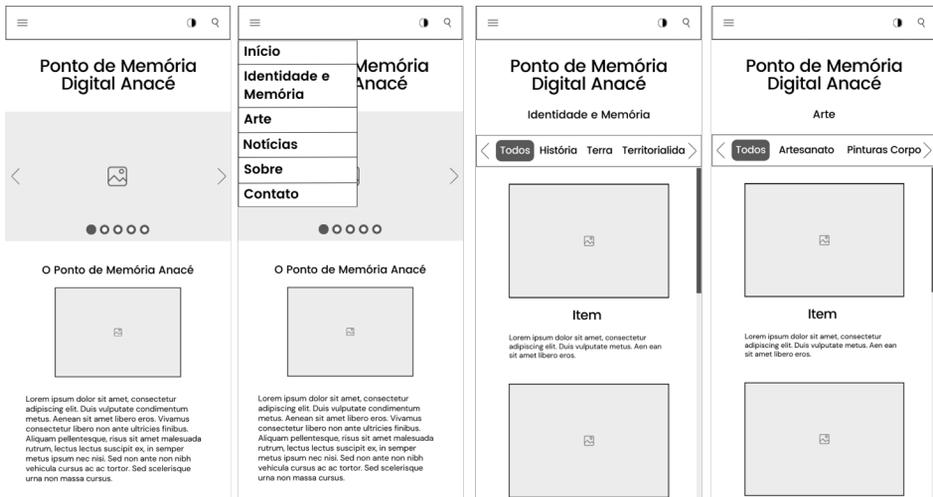


RUAN ROCHA MESQUITA, DANIEL VALÉRIO MARTINS Y JOSÉ GILVAN RODRIGUES MAIA
 DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIO VIRTUAL: UMA PROPOSTA DE CRIAÇÃO
 DO PONTO DE MEMÓRIA DIGITAL ANACÉ DO CEARÁ

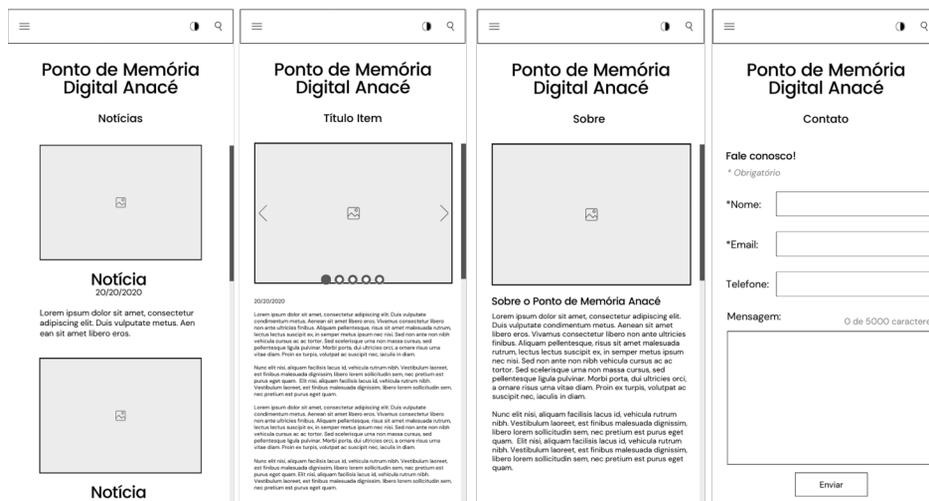


Fonte: Elaboração própria.

FIGURA 4. PROTÓTIPO DO PONTO DE MEMÓRIA DIGITAL ANACÉ
 ARA DISPOSITIVOS MÓVEIS



RUAN ROCHA MESQUITA, DANIEL VALÉRIO MARTINS Y JOSÉ GILVAN RODRIGUES MAIA
 DEMARCAÇÃO DE TERRITÓRIO VIRTUAL: UMA PROPOSTA DE CRIAÇÃO
 DO PONTO DE MEMÓRIA DIGITAL ANACÉ DO CEARÁ



Fonte: Elaboração própria.

X. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos nossos estudos, concluímos que, em contraposição ao que dizem algumas mídias e organizações, os Anacé fazem parte da construção da identidade brasileira enquanto povo originário. Mesmo tendo sua cultura e território negados, continuam existindo e resistindo em uma constante batalha de comprovação de suas identidades étnicas.

Vimos que no ambiente de rede mundial de computadores, os Anacé possuem poucos espaços dedicados à visibilidade de sua história e elementos culturais, nenhum dedicado exclusivamente a eles. Nossa proposta demarca um local virtual dedicado ao resgate, preservação, visibilidade, empoderamento e sobrevivência cultural indígena Anacé e interação com as demais culturas, indígenas e não indígenas.

Foram levantados, através de entrevistas com lideranças Anacé, os requisitos para conseguir atingir nossos objetivos. Com estes requisitos foram construídos os protótipos de média fidelidade com o intuito de validar posteriormente a organização dos dados. Outras validações, com os grupos focais, serão realizadas durante o desenvolvimento e implementação do projeto para verificar se o nosso objetivo de suprir as demandas da comunidade foi completamente atendido.

Esperamos que, com a difusão e leitura deste artigo, possamos contribuir com a ruptura do paradigma de invisibilização da etnia Anacé e que este material sirva de inspiração para aqueles que passam por situações semelhantes.

XI. REFERÊNCIAS

- Aquino, J. (2000). *Processo decisório no Governo do Estado do Ceará (1995–1998): o porto e a refinaria* [Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza].
- Brasil. (2023). Ministério da Saúde. Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-Yanomami). Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/coes/coe-yanomami>. Consultado: 10/07/2023.
- Brissac, S. (2015). Os embates da questão Anacé: a atuação de antropólogos na efetivação de direitos territoriais indígenas no Ceará. Em, J. OLIVEIRA, F. MURA e A. SILVA (orgs.), *Laudos antropológicos em perspectiva*. Brasília: ABA Publicações.
- Brissac, S. (2016). O recurso ao Ministério Público Federal como estratégia indígena para gestão de seu território: os casos Tapeba e Anacé no Ceará. Brasília: 6.ª CCR – Populações indígenas e comunidades tradicionais, Ministério Público Federal. <http://hdl.handle.net/11549/83415>. Consultado: 05/03/2023.
- Candau, J. (2012). *Memória e Identidade*. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto.
- Ceará. – Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. (2003). Jurisprudência cível: apelações cíveis. *Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Ceará, Fortaleza, 10*.
- Ceará – Secretaria do Desenvolvimento Agrário. (2019). *Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Ceará – Projeto São José IV. Marco Conceitual dos Povos Indígenas*. Fortaleza. <https://www.sda.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/60/2019/02/MARCO-CONCEITUAL-DOS-POVOS-INDI%CC%81GENAS-1.pdf>. Consultado: 05/03/2023.
- Corrêa, L. N. (2021). *Cultura: 250 conceitos e definições*. Florianópolis, SC: Cum Laude.
- Costa, M. (2011). Grupo focal. Em J. DUARTE e A. BARROS (orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2.ª ed. São Paulo: Atlas.
- Fiocruz. (2019). *Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. CE – Povo indígena Anacé, pescadores, agricultores e outras comunidades tradicionais lutam e resistem contra impactos negativos do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP*. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ce-povo-anace-e-desrespeitado-e-expulso-de-seu-territorio-para-construcao-do-complexo-industrial-e-portuario-do-pecem/>. Consultado: 10/03/2023.
- Funai – Fundação Nacional dos Povos Indígenas. (2022). *Brasil registra 274 línguas indígenas diferentes faladas por 305 etnias*. Assessoria de Comunicação/Funai. <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/brasil-registra-274-linguas-indigenas-diferentes-faladas-por-305-etnias#:~:text=Segundo%20dados%20do%20C3%BAltimo%20Censo,ind%C3%ADgenas%20de%20305%20diferentes%20etnias>. Consultado: 21/06/2023.
- Gomes, M. C. (2014). *Neodesenvolvimentismo x modos de vida Anacé: impactos do Complexo Industrial e Portuário do Pecém sobre povos indígenas no Ceará*. Dissertação [Mestrado em Proteção Ambiental e Gestão de Recursos Naturais, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza].
- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Halbwachs, M. (2013). *A memória coletiva*. 2.ª ed. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *O Brasil Indígena: povos/etnias*. <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias.html>. Consultado: 05/03/2023.
- le Goff, J. (2012). *História e Memória*. São Paulo: Unicamp.
- Lemos, A. (2002). *Cultura das Redes: Ciberensaios para o Século XXI*. Salvador: Edufba.
- Lemos, A. e Cunha, P. (2003). *Olhares sobre a Cibercultura*. Porto Alegre: Sulina.
- Ludke, M. e André, M. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Michaelis. (2023). *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos. <https://michaelis.uol.com.br/palavra/aBYa/anac%C3%A9/>. Consultado: 27/06/2023.
- Nimuendajú, C. (2017). *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2.^a ed. Brasília: IPHAN, IBGE. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/mapaetno-historico2ed2017.pdf>. Consultado: 05/03/2023.
- Nóbrega, L. (2020). O povo indígena Anacé e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará: desenvolvimento e resistências no contexto da barbárie por vir. *Revista de Ciências Sociais*, 51(2), 165-211. <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/42987/161740>. Consultado: 05/03/2023.
- Romanowski, J. e Ens, R. (2006). As pesquisas denominadas do tipo estado da arte em Educação. *Diálogo Educ.*, 6(19), 37-50.
- Segata, J. (2015). O ciberespaço, a etnografia e algumas caixas pretas. *Revista Z Cultural*, 1.
- Souza, Â. M., Nogueira, J. C. e Nogueira, L. (2016). *A desterritorialização da nação Anacé de Matões sob o olhar dos mais velhos*. Monografia. (Licenciatura em Educação Indígena) – Programa de Apoio à Formação Superior de Professores Indígenas – PROLIND, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Souza, R. (2021). *Terra e memória: construção e reconstrução da Reserva Indígena Tabá dos Anacé em Caucaia-Ceará Brasil* [Dissertação (Mestrado em Antropologia de Ibero América), Universidad de Salamanca, Salamanca].
- Valério, D. (2016). *A intraculturalidade nas comunidades indígenas da Região Metropolitana de Fortaleza – CE – Brasil: Caminho para o desenvolvimento e sobreculturalidade*. Salamanca: Ediciones Vitor.
- Valério, D. (2021). *La Sobreculturalidad: a la luz de lo observado en culturas indígenas*. Salamanca: Instituto de Investigaciones Antropológicas de Castilla y León – IIACYL.
- Valério, D. (2023). *Sobreculturalidade e Educação no México: o caso da Universidade Inter-cultural Indígena de Michoacan*. Cajazeiras/PB: Edições AINPGP.

